

Porquê agora e porquê estes três territórios? Nova lista negra preparada pelo Ministério das Finanças é questionada por fiscalistas.

COMBATE À FRAUDE E EVASÃO

Governo ultrapassa Bruxelas e encolhe lista negra de 'offshores'

Jersey, Man e Uruguai foram retirados da lista negra dos "offshores", levantando-se as medidas restritivas que impendem sobre estes territórios. Porquê agora e o porquê da escolha destes três territórios em particular levanta perplexidades em fiscalistas.

ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

Nos últimos anos, em tudo o que envolve tributação internacional, a regra tem sido a de esperar pela decisão da Comissão Europeia e avançar de forma concertada. Mas, no que à lista negra dos "offshores" diz respeito, o Governo resolveu avançar sozinho e retirar,

desde já, três paraísos fiscais da sua lista. A razão pela qual resolveu atalhar caminho e os motivos que justificam a escolha sobre as ilhas de Jersey e Man e sobre o Uruguai são pouco claras.

Em teoria, de acordo com o preâmbulo da Portaria que agora foi actualizada, estes três centros "offshore" saíram da lista negra por cumprirem três requisitos: têm assinados acordos ou convenções com Portugal que prevêem a troca de informações a pedido; são classificados pelo Fórum Global como "cumpridores" ou "largamente cumpridores" nas regras de trans-

"Offshores" têm feito progressos ao nível da transparência, mas não é certo se os esforços são efectivos ou apenas formais.

parência; e comprometeram-se com a troca automática de informações (os chamados Common Reporting Standards).

Mas, a serem estes os critérios, então uma mão-cheia de outros territórios teriam de sair da lista: segundo um levantamento feito pelo Negócios, por exemplo, também Bermudas, Barbados, Caimão, Hong Kong ou Santa Lucia têm acordos ou convenções ratificadas por Portugal, todos têm recebido notas positivas nas avaliações do Fórum Global e todos se comprometeram com a troca automática em 2017 ou 2018 o mais tardar.

Faltam, por isso, justificações adicionais que diferenciem os Estados agora escolhidos dos demais, mas o Ministério das Finanças, questionado pelo Negócios, não explica os porquês, deixando no ar a ideia de alguma aleatoriedade na decisão.

A dúvida é partilhada por diversos fiscalistas ouvidos pelo Negócios, e resumida por Nuno Cunha Barnabé, da PLMJ: "A Portaria não é clara. As escolhas deveriam ter sido explicadas caso a caso, invocando as razões concretas para a retirada da lista. Sendo certo que estes territórios estão à frente de outros em matéria de prevenção de branquea-

Miguel Baltazar

Lista da Comissão Europeia recebe críticas antes de nascer

A lista é uma forma de pressionar os territórios a trocarem informações e adoptarem políticas fiscais mais justas, mas, antes de nascer, já está a ser criticada. Há quem ache que ela é longa demais e quem considere que é curta.

Pelo critério enunciado pelo Governo, vários outros territórios deviam sair da lista. Fiscalistas admitem razões políticas na escolha.

mento de capitais, também é certo que há outros territórios que cumpram com aqueles critérios."

Qual é a pressa?

As listas negras são formas de identificar os territórios potencialmente mais perigosos para o estabelecimento de relações económicas e, segundo diversos fiscalistas ouvidos, a decisão que subjaz à sua elaboração é por vezes mais guiada por razões políticas e diplomáticas do que propriamente por razões fiscais.

Além de faltarem explicações para os porquês, também subsistem dúvidas sobre o momento escolhido pelo Governo. Há vários anos que se fala da necessidade de rever a lista, até porque Portugal tem uma das mais extensas a nível internacional, mas os desenvolvimentos mais recentes, nomeadamente o escândalo dos Papéis do Panamá e a decisão da Comissão Europeia em avançar com uma lista própria, levariam a pensar que o Governo esperaria por uma melhor oportunidade para fazer a sua revisão.

Tanto mais que, apesar dos progressos feitos nos últimos anos, o Uruguai não se livra tão cedo da sua fama de ser uma das mais discretas mas menos transparentes econo-

mias da América Latina e as ilhas do Canal continuam, ainda hoje em dia, a serem conotadas com a fuga ao Fisco e a lavagem de dinheiro.

Jersey tem feito um intenso esforço diplomático nos últimos anos, e já saiu da lista negra italiana, mas continua nas bocas do mundo, tendo sido um dos territórios por onde passaram alguns dos fluxos financeiros analisados nos escândalos dos Papéis do Panamá. Aliás, mesmo no Reino Unido, continua a ser denunciado pelo partido trabalhista, para quem as ilhas do Canal continuam a fazer parte da grande "teia de evasão fiscal mundial". Jersey (a par de Guernsey) também continua a constar dos mais recentes "rankings" de opacidade à escala transnacional, prova de que ainda não convenceram os activistas e grupos de defesa dos contribuintes, que no Reino Unido e nos Estados Unidos têm influência mediática.

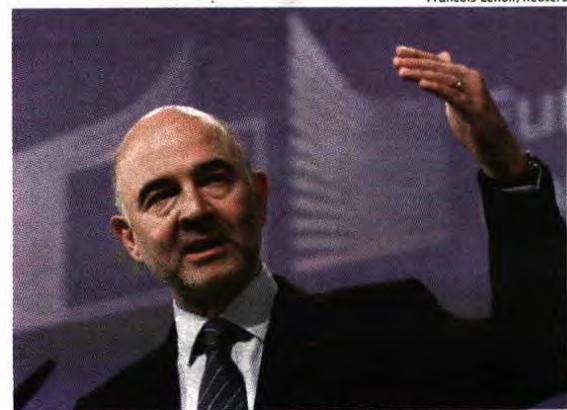
Portanto, para que estes territórios saiam da lista negra portuguesa seria desejável que houvesse provas da efectiva colaboração na troca de informações com as autoridades nacionais – e não meras declarações de intenções – coisa que continua por esclarecer, dada a ausência de esclarecimentos por parte do Ministério das Finanças. ■

Na cena internacional, a lista negra dos "offshores" foi popular no início de 2000, caiu em desuso com a administração Bush, e voltou a despontar com a crise, tudo ao ritmo da posição norte-americana e da pressão política gerada pelos escândalos internacionais. Na Europa, Bruxelas aproveitou o embalo dos Papéis do Panamá para propor uma lista comum, que se aplique por igual em todos os países, mas o processo já está envolto em acusações de que está a ser comandado por razões essencialmente políticas.

A nível europeu, existem duas tradições distintas. Há países que, como Portugal, Espanha, Itália ou Grécia, dispõem de uma lista de territórios não cooperantes, e há Estados como a Alemanha ou a Suécia que não têm lista alguma – accionam os mecanismos anti-abuso sempre que suspeitam das operações concretas em causa. Talvez por isso, as "listas" têm sido encaradas como o instrumento das administrações fiscais fracas que não conseguem fazer a verificação da legalidade das operações. A nível supranacional, a única lista que havia – da OCDE – também foi sendo esvaziada, com o entendimento de que se devia actuar pela positiva com estes territórios, induzindo-os a melhores práticas de transparência.

É deste modo que, quando rebenta o escândalo dos Papéis do Panamá, as autoridades reagem com o embaraço de quem tem o Panamá com um cadastro quase impoluto. Bruxelas aproveitou o embalo para, no âmbito do pacote anti-elisão, propor a elaboração de uma lista europeia, comum a todos os Estados.

A primeira lista indicativa de Bruxelas era bem mais enxuta do que a portuguesa, na sua configuração actual (tinha 30 terri-



Pierre Moscovici aproveitou o embalo dos Papéis do Panamá para propor lista comum.

Francois Lenoir/Reuters

tórios, correspondentes àqueles que eram comuns a todos os Estados europeus) e já não incluía Jersey, Man ou Uruguai.

Ainda não é certa a sua configuração final, nem se ela é aceite por todos os Estados-membros, mas a inclusão, numa primeira fase, de alguns territórios como as Bermudas ou as ilhas do Canal, agitaram de imediato as águas diplomáticas. É que, uma coisa é estar na lista negra portuguesa, para a quem pouca gente olha, outra diferente é ser classificado como opaco por uma entidade transnacional como Bruxelas.

É com este poder de persuasão que a Comissão Europeia conta para levar alguns países a avançarem no registo e na troca de informações sobre quem são os beneficiários efectivos das estruturas que por lá são registadas.

Para os activistas, as críticas são, contudo, outras: este tipo de listas centram-se em pequenas jurisdições e esquecem propostadamente os grandes países que continuam a alimentar regimes fiscais ou estruturas mais opacas. Dito de outro modo, há países europeus que lá deviam estar. ■ ELISABETE MIRANDA

30

TERRITÓRIOS

A lista inicialmente avançada por Bruxelas era mais pequena do que a portuguesa. A The Economist chamou-lhe "the thirty dirty".

05-01-2017

Governo encurta lista de paraísos fiscais

ECONOMIA 10 e 11